

Políticas federais de expansão do ensino técnico e superior no Brasil e os seus impactos na reestruturação econômica da cidade de Itaporanga

Araújo de Oliveira, Taynan

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

 taynan.araujo02@gmail.com

Silva Aguiar, Marta da

Universidade Federal do Pernambuco / Instituto Federal da Paraíba, Brasil

 silvaaguiar21@yahoo.com.br

Documento recibido: 17/12/2018

Aprobado para publicación: 16/12/2019

Resumo

El presente estudio tiene como objetivo comprender el papel de las políticas públicas federales dirigidas al sector educativo y sus impactos en la reestructuración de las ciudades ubicadas en el interior de Paraíba, en el noreste de Brasil. Para su realización, se delinearón algunos procedimientos metodológicos entre los cuales están el trabajo de campo exploratorio, la recolección de datos en terreno e investigación bibliográfica. Como resultado, se concluyó que la implementación de políticas públicas dirigidas al sector educativo en la región investigada contribuyeron a la consolidación del acceso a la educación superior y profesional / técnica y, además, permitieron la reestructuración en los espacios de algunas ciudades, como ciudad de Itaporanga, que se ha consolidado como un importante centro urbano en su región geográfica inmediata.

Palavras chave

Políticas Públicas, Reestruturação Urbana e Regional, Sertão Paraibano, Itaporanga

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo comprender el papel de las políticas públicas federales dirigidas al sector educativo y sus impactos en la reestructuración de las ciudades ubicadas en el interior de Paraíba, en el noreste de Brasil. Para su realización, se delinearón algunos procedimientos metodológicos entre los cuales están el trabajo de campo exploratorio, la recolección de datos en terreno e investigación bibliográfica. Como resultado, se concluyó que la implementación de políticas públicas dirigidas al sector educativo en la región investi-

gada contribuyeron a la consolidación del acceso a la educación superior y profesional / técnica y, además, permitieron la reestructuración en los espacios de algunas ciudades, como ciudad de Itaporanga, que se ha consolidado como un importante centro urbano en su región geográfica inmediata.

Palabras clave

Políticas públicas, Reestructuración urbana y regional, Sertão Paraibano, Itaporanga

Abstract

This work aimed to understand the role of federal public policies focused on the educational sector and its impacts on the restructuring of the cities located in the Sertão Paraibano of the Brazilian Northeast. For its accomplishment, some methodological procedures were outlined, among which: exploratory fieldwork, data collection and use of land and bibliographical research. Hence, it was concluded that the implementation of public policies directed to the educational sector in the region investigated contributed to consolidation of access to higher education and professional/technical education and, in addition, it made possible the restructuring in the spaces of some cities, such as the city of Itaporanga that has become consolidated as an important urban center in its immediate geographical region.

Keywords

Public Policies, Urban and Regional Restructuring, Sertão Paraibano, Itaporanga

Introdução

O Sertão paraibano é uma região do Nordeste brasileiro caracterizada pelo fenômeno da seca, que durante muito tempo foi um fator determinante para o seu desenvolvimento socioeconômico. Mediante a implementação de políticas públicas educacionais, a partir da implantação de Instituições de Ensino Superior (IES) e Institutos Federais (IFs), esta região passou a reconhecer uma dinamização tanto do ponto de vista social, pelo acesso à educação, como pelo viés econômico a partir da reestruturação ocorrida nos espaços das cidades.

Dito isso, estas cidades passaram a se apresentar como áreas dinâmicas dentro de suas regiões e a exercer influência nas mais variadas escalas. Dentre os espaços que passaram por tais transformações econômicas, sociais e espaciais, será analisada neste artigo a cidade de Itaporanga, importante localidade urbana e regional localizada na região denominada de Vale do Piancó.

O trabalho em tela resulta de uma pesquisa realizada no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), *Campus* Itaporanga, a partir do edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Chamada INTERCONCECTA. O objetivo da execução deste projeto foi compreender os impactos da implantação do IFPB na cidade e a sua centralidade em âmbito regional. Desse modo, foram traçados alguns procedimentos metodológicos, dentre os quais destacase os trabalhos de campo exploratórios para coleta de dados e levantamento de uso

do solo, consultas bibliográficas dos principais autores que discutem a temática e levantamento de dados em sítios eletrônicos das instituições investigadas.

A partir disso foi sistematizado este artigo que será composto por uma fundamentação teórica da temática com os seguintes pontos: políticas de expansão da rede de ensino técnico e superior no Brasil; políticas públicas e reestruturação do espaço das cidades sertanejas; reestruturação urbana e regional das cidades do Sertão paraibano. Por conseguinte, serão apresentados os dados da pesquisa que encontram-se estruturados em duas partes, na primeira serão abordadas considerações gerais a respeito da expansão da rede de ensino superior e técnica no Sertão paraibano e na segunda os impactos das políticas públicas federais na cidade de Itaporanga, objeto central desta análise, e o papel do IFPB como uma instituição pública que redefine a centralidade regional desta cidade no contexto de sua região imediata.

Fundamentação teórica

Políticas de expansão da rede de ensino superior e técnico no Brasil: breves considerações

A consolidação do ensino universitário no Brasil remonta uma construção bem distinta de outras localidades mundiais, principalmente dos países europeus e anglo-saxônicos. A distribuição e acesso à educação superior no Brasil se deu de maneira concentrada durante muito tempo, entre “avanços” e retrocessos vários governos brasileiros tentaram consolidar o acesso à educação universal, sendo que as políticas educacionais desenvolvidas em todos os contextos sempre favoreceram a camada da sociedade de maior poder aquisitivo que ocupava os espaços urbanos mais desenvolvidos, nesse caso as capitais/metrópoles.

É fato que ocorreram várias resistências por parte do governo, assim como pressão da sociedade pelo direito à educação em nível superior. Paiva (2015) pontua que existiram movimentos bastante articulados na luta por educação pública de nível superior no Brasil. A referida autora enfatiza que no regime militar ocorreram resistências por parte do governo, mas nesse contexto foi possível que o movimento estudantil consolidasse seus papéis e, assim, conquistasse espaço na luta por uma educação superior pública.

De acordo com Paiva (2015, p. 27) “mesmo diante dessa repressão, a reforma universitária aconteceu, embora de forma incompleta, pois houve importantes mudanças, como a organização do sistema de ensino federal em Universidade e também um incentivo à pesquisa”. Embora tenham ocorridos reformas consideradas “importantes” para o contexto mencionado nos anos de 1980, o ensino superior era uma realidade desconhecida para muitos brasileiros. Conforme evidencia a supracitada autora:

Na década de 1980, o ensino superior viveu um período de estagnação que afetou não somente o setor público, mas também o privado. Essa problemática pode ser explicada em virtude do momento histórico pelo qual passava o país, marcado por crise econômica e inflação com um crescimento acelerado. Politicamente, o país vivenciava um processo de redemocratização, que teve início com a repressão política, seguido de eleição em 1985, na qual foi escolhido um novo presidente pelo senado federal, e culminou na elaboração da nova constituição em 1988, bem como, no ano seguinte, na eleição direta para presidência da república (PAIVA, 2015, p. 29).

Na década de 1990, com a entrada do modelo neoliberal, é importante destacar o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC 1995-2002), que propôs reformas na educação brasileira a partir da criação de políticas educacionais. Dentre elas valemencionar a distribuição de verbas para as escolas, a aquisição de material didático, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes Curriculares Nacionais que se traduziram como importantes políticas para nortear a educação brasileira naquele contexto. O fato é que, motivado pela lógica do neoliberalismo, o governo FHC investiu maciçamente no setor de educação privada em detrimento do ensino público, deixando as Universidades e escolas técnicas completamente sucateadas, dada a redução nos investimentos para o setor educacional.

Até o presente momento existiam no Brasil as Instituições de Ensino Superior (IES) e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) que, por sua vez, estavam concentrados em localidades específicas do país, localizando-se nas capitais e nas metrópoles. É notório que embora tenha investido no setor privado e até mesmo tenha desconstruído ideais políticos/econômicos anteriores, o governo FHC foi responsável pela sistematização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9.394/96 e também por políticas educacionais de ingresso no ensino superior, como o Fundo Nacional de Financiamento Estudantil (FIES).

A partir do ano de 2003, com o governo Lula (2003-2010), o Brasil passou por profundas transformações em suas políticas educacionais. Com isso foi implementado o projeto de expansão da rede federal de educação técnica e superior, inicialmente ampliou-se o número de vagas nas Universidades e, posteriormente, foi investido em infraestrutura, tudo isso a partir do Plano de Reestruturação das Universidades Públicas Federais (REUNI). A educação tecnológica entrou como prioridade do governo, dessa forma os CEFETs foram ampliados passando a se chamar Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

A implantação dos IFs foi muito criticada por vários estudiosos e políticos da época, pois utilizavam o argumento de que estes representavam a materialização no neoliberalismo, uma vez que a formação técnica estaria vinculada, exclusivamente, a formação para o mercado de trabalho. Na verdade, os IFs remontam uma rearticulação do modelo de educação básica no Brasil, no qual há a possibilidade de o estudante cursar sua formação básica tendo acesso a condições que a escola pública normal, municipal ou estadual, não oferece.

Além de implantar os IFs e ampliar o número de vagas na educação superior, neste governo ocorreu uma descentralização dos *campi* universitários e dos institutos, que passaram a funcionar em localidades mais distantes das capitais e menos dinâmicas economicamente. O processo de implantação dos IFs, principalmente, se deu de forma lenta e existem localidades no interior paraibano, por exemplo, que estas estruturas ainda encontram-se em implantação, não tendo gerado os impactos significativos como ocorreu em outras localidades.

Diante dos últimos acontecimentos políticos brasileiros as implantações dessas infraestruturas ainda caminham a passos lentos e, em muitos casos, nem completaram este processo, funcionando em estruturas cedidas pelo governo municipal de variadas localidades urbanas. O fato é que as cidades que receberam estas estruturas passaram por uma reestruturação dos seus espaços urbanos, principalmente aquelas que receberam IES, IFs que ofertam cursos técnicos integrados, subsequentes e graduações.

De acordo com Sanfeliu (2011), além dos efeitos tecnológicos, econômicos e empresariais, estes estabelecimentos de ensino, em sua localização física, imprimem mudanças espaciais na estrutura urbana. A autora aponta que as sedes universitárias e/ou técnicas são grandes geradoras de centralidade, uma vez que articu-

lam fluxos e mobilidade, atraem mais dinâmicas sociais e geram efeitos multiplicadores nas diversas localizações das atividades econômicas.

As cidades interioranas que receberam a implantação dos IFs e das IES públicas federais redefiniram seus papéis dentro das regiões em que estão localizadas, fato que influenciou diretamente na produção dos espaços urbanos. É notório que estas localidades urbanas passaram a contar com uma dinamização terciária, leia-se estabelecimentos de comércio e serviços, que não existiam antes. Tal demanda foi gerada pelo aumento na expressividade dos fluxos internos e da região que passaram a criar novas demandas de consumo e influenciaram na reprodução das estratégias do capital no meio técnico científico informacional.

Políticas públicas e reestruturação no espaço das cidades do Sertão paraibano: análise geográfica

A discussão sobre políticas públicas permeia variadas áreas do conhecimento, dentre elas a Geografia. Os estudos realizados pela ciência geográfica nesta perspectiva buscam compreender os impactos destas políticas no âmbito socioespacial que reflete a produção do espaço e as relações sociais estabelecidas nele. Para Tonella (2017) as políticas públicas são focos de atenção de diferentes subáreas do conhecimento e pode-se afirmar que política pública é a sistematização da ação do poder público.

De acordo com a referida autora, o debate sobre políticas públicas se intensificou nos anos de 1980 e foi influenciado pela corrente teórica identificada como neoinstitucionalismo, tal corrente destaca a importância das instituições, das regras para as decisões, formulação e implementação de políticas públicas. A Geografia, enquanto campo do conhecimento científico, pauta as suas análises a partir da categoria espaço que para Santos (1996) é entendida como um conjunto indissociável, solidário e contraditório do sistema de objetos e sistema de ações.

Nesse sentido, cabe a Geografia analisar o espaço como *lócus* da reprodução social que se efetiva a partir de um sistema de ações e objetos. Desse ponto de vista, entenderemos aqui as ações como as políticas públicas que fomentam a reestruturação dos espaços e promovem uma rearticulação social, política e econômica.

As cidades nordestinas, especificamente aquelas localizadas no interior da região, sempre possuíram forte associação a estiagem e a seca, sendo o primeiro um fenômeno de ordem natural e o segundo de ordem política. Variadas pesquisas desenvolvidas nestas localidades acabavam associando o desenvolvimento socioeconômico desta região articulando a estes problemas, esquecendo, principalmente, das potencialidades da região e da ausência de políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento.

Dado o processo de rearticulação das políticas públicas educacionais no Brasil o “Sertão das Secas”, como é conhecida a região, passou a receber investimentos que implicaram na reestruturação dos seus espaços, principalmente do ponto de vista educacional e econômico. A mudança nas políticas públicas educacionais no Brasil pautada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 que prevê a universalização no acesso à educação no Brasil, foi responsável por articular a expansão da rede de ensino técnico/profissionalizante e superior em todo o país, desconstruindo a lógica da concentração vigente desde muito tempo.

As políticas educacionais passaram a atuar na reestruturação urbana e das cidades, uma vez que a expansão da rede de ensino técnico e superior em localidades denominadas como pequenas cidades, promovem pro-

fundas mudanças socioespaciais que inserem estas localidades dentro de uma nova lógica em sua realidade local.

De acordo com Soja (1993), a reestruturação remete à “noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política” (SOJA, 1993, p. 193). Nesse sentido, a ideia de reestruturação urbana e regional remete às formas de reorganização ou rearranjos espaciais, que são frutos de transformações econômicas, sociais e políticas.

Dessa forma, a reestruturação articula-se a dimensão social, econômica, mas é, sobretudo, política. No caso do Brasil, o estado é considerado um dos agentes de atuação mais significativo na produção do espaço urbano, principalmente nas áreas interioranas que dependem, quase exclusivamente, das políticas públicas para consolidação do seu desenvolvimento econômico. Segundo Corrêa (1991), o estado dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar no espaço urbano, dentre eles é válido destacar a capacidade que o mesmo possui para os investimentos públicos na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros, e implantação de infraestrutura, etc.

A implantação de infraestruturas, compreendidas aqui como as Universidades e os Institutos Federais, produziram impactos que são visíveis no âmbito econômico. No entanto, sabe-se também que estas foram pensadas e articuladas a partir de políticas públicas que foram responsáveis por reproduzir elementos de ordem global em pequenas localidades urbanas interioranas nordestinas que sempre foram vistas como espaços totalmente desarticulados da lógica econômica nacional e mundial.

Estas pequenas localidades urbanas são denominadas como pequenas cidades, mas na leitura de Santos (1982), podem ser entendidas como cidades locais dada as suas singularidades. Para o referido autor estas cidades desempenham uma função submissa aos níveis de influência política e econômica das cidades superiores, entendidas como as cidades médias e metrópoles, e o entendimento das suas dinâmicas é mais complexo dado a necessidade de consideração à incidência das influências superiores que se organizam na produção do espaço destas localidades.

No atual cenário da economia global e da difusão do meio técnico científico informacional as cidades locais adquiriram um maior grau de complexidade e passaram a desempenhar importantes papéis dentro da rede urbana em que estão inseridas. Estas cidades passaram por transformações mais evidentes a partir da atuação do estado na construção de políticas públicas, que influenciaram no aumento dos seus papéis urbanos e regionais e na dinamização das suas estruturas urbanas.

A dinamização do espaço destas cidades locais lhes atribui características funcionais que são capazes de transformar os seus espaços e a sua representatividade em termos regionais. A partir desta noção tem-se uma reestruturação tanto em termos urbanos, entendido aqui com base nas relações sociais estabelecidas no lugar, como também na cidade que se manifesta em termos estruturais. Desse modo, é possível inferir que a implementação de políticas públicas federais, entendidas também como ações do federalismo público, impulsionaram o crescimento urbano e econômico destas localidades redefinindo os seus papéis regionais e quebrando as relações hierárquicas enrijecidas durante algum tempo.

Em termos de literaturas urbanas é evidente que as análises construídas se pautam em estudos que visam compreender as cidades sob o viés econômico, mas que, muitas vezes, desconsideram o papel do estado e das políticas públicas, tendo em vista que para algumas localidades a ação destas políticas pode não se con-

cretizar de maneira tão evidente. Com isso, observa-se que a leitura espacial pautada nesta perspectiva possa conduzir a um entendimento mais complexo das relações urbanas e regionais e da produção do espaço sob o viés das políticas públicas e suas interferências no território.

Reestruturação urbana regional das cidades do Sertão paraibano: a centralidade como foco de análise

A implantação de IES e IFs nas cidades sertanejas colaboraram diretamente na reestruturação e ampliação dos papéis regionais destas cidades, atribuindo-as caráter de localidades urbanas que exercem polarização no contexto de suas regiões geográficas imediatas e em maior escala se relacionam com a região intermediária. De acordo com o estudo de regionalização desenvolvido pelo IBGE no ano de 2017, que leva como critério a questão urbana, as regiões geográficas estão classificadas em imediatas e intermediárias, estando as duas articuladas a centros urbanos hierarquicamente superiores.

De acordo com o IBGE, o recorte das regiões geográficas imediatas e intermediárias incorpora as mudanças ocorridas no Brasil nas últimas três décadas. Para construção desta regionalização foi utilizado como recurso metodológico os diferentes modelos territoriais utilizados em recortes pretéritos, articulando-os e interpretando a diversidade resultante.

Com base nas definições apontadas no próprio documento lançado pelo IBGE, as regiões geográficas imediatas são estruturas conformadas a partir de um centro urbano próximo que dispõe de meios para suprir as necessidades mais imediatas da população, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e de serviços judiciais, entre outros.

No caso das regiões intermediárias estas correspondem a uma escala intermediária entre as unidades da federação e as regiões imediatas. De acordo com o IBGE, a delimitação destas regiões buscou a inclusão das metrópoles e das capitais regionais, já apontadas anteriormente no estudo de Região de Influência das Cidades (REGIC, 2007). Nos casos que não possuíam metrópoles ou capitais regionais foram utilizados os centros urbanos de maior representatividade para o conjunto das regiões geográficas imediatas.

Com base neste estudo, a região do Sertão paraibano possui, atualmente, duas regiões intermediárias e sete regiões imediatas, respectivamente: Patos e Sousa – Cajazeiras; Patos, Itaporanga, Catolé do Rocha – São Bento, Pombal, Princesa Isabel, Sousa e Cajazeiras. Estas localidades classificadas como centro das regiões geográficas imediatas e intermediárias receberam nos últimos anos a implantação de *campi* dos IFs e de IES federais. Diante deste processo de implantação percebeu-se que estas cidades abrigavam condições necessárias para receber estas infraestruturas, dada a capacidade de exercer influência na escala regional.

A partir deste recorte em regiões geográficas, entendido aqui como regionalização, e da dinamização da estrutura urbana destas cidades ocorre uma rearticulação na rede urbana que passa a consolidar ainda mais os papéis urbanos regionais exercidos por estas localidades. Tomando por base os estudos geográficos, a rede urbana pode ser definida como “o conjunto funcionalmente articulado de centros que se forma na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação do valor excedente” (CORRÊA, 1989, p. 82).

Para o autor, a rede urbana, devido a sua complexidade, pode ser considerada como um reflexo, à medida que diante das vantagens locais diferenciadas, verifica-se a hierarquia urbana e a especialização funcional que define o Centro Urbano. O Centro Urbano com maior capacidade de articulação dentro da rede urbana pode ser considerado como o principal espaço de centralidade, categoria geográfica que pode ser entendida a partir de distintas escalas de análise.

De acordo com Sales (2014), "a leitura sobre centralidade urbana ressurgiu como possibilidade de entender o modo pelo qual a sociedade contemporânea está produzindo o espaço urbano" (SALES, 2014, p. 30). Para Lefebvre (1999) a centralidade é como essência do fenômeno urbano, é como o movimento dialético que a constitui ou a destrói, que cria ou estiliza. Seria, então, igual ao que ela reúne, pois esta exige um conteúdo e não importa qual seja este conteúdo, objetos, pessoas, mercados, etc.

Conforme discutido por Lefebvre (1999), a centralidade é um movimento, um fenômeno, mas que exige conteúdo. Segundo Tourinho (2004):

Embora a centralidade não seja uma característica física, mas sim somatória de atributos que beneficiam o centro, é importante entender que sua manifestação se dá no território da cidade de uma forma física, a partir da inter-relação que cada uma das partes do território têm, por um lado com o padrão referencial, ou seja, com o centro, e, por outro, a relação que esse centro, e esses centros têm com o território. Estas relações fazem parte da centralidade, elas são, propriamente ditas, a centralidade. Assim, poderíamos pensar que não é o centro quem afeta o território, mas sim a centralidade como somatória das relações multidirecionais entre o centro, os centros e o território da cidade (TOURINHO, 2004, p. 391).

Nesse sentido, a centralidade enquanto conteúdo é um atributo que beneficia o Centro. Sendo assim, as áreas denominadas centrais são beneficiadas por esse conteúdo, pois necessitam de relações para que possam existir. Logo, a centralidade se constitui através de relações que complementam a lógica dos espaços denominados centrais. De acordo com Spósito e Góes (2013) "a centralidade é a relação entre os espaços com maior densidade de meios de consumo, coletivos ou individuais, e que representam estes espaços em termos de valor histórico e simbólico, bem como a possibilidade de se ter acesso a eles" (SPÓSITO; GÓES, 2013, p. 121).

Para Whitacker (2003), a centralidade é definida pelo conteúdo que proporciona fluxos ao Centro, constituindo-se como cambiante, à medida que não se define pela localização, mas pelo movimento e pela articulação das diferentes localizações. Desse modo, é relevante pensar a Centralidade como expressão de um processo e reflexo das divisões técnicas e sociais do trabalho. Seu processo de constituição compreende a sobreposição de temporalidades que se materializaram em formas urbanas que passam a assumir novos usos e funções determinando novos conteúdos às formas pretéritas.

Dito isso, é possível inferir que a implantação de IES e IFs pode ser entendida como vetores para rearticulação da rede urbana e da centralidade regional dos centros urbanos em questão. Tendo em vista que a centralidade é compreendida a partir dos fluxos é notório que as instituições educacionais de nível técnico e superior além de mobilizarem capital, são capazes de ampliar os fluxos populacionais para o seu interior em virtude da procura pelo serviço ofertado, neste caso os cursos técnicos e superiores.

A implantação de IES e IFs nas cidades apresentadas anteriormente introduziu profundas modificações no setor educacional, bem como trouxe implicações para rearticulação das estratégias do capital no lugar. A

partir do surgimento de novas demandas, o capital se reproduz com maior intensidade, sendo capaz de articular modos de consumo que buscam atender as necessidades que passam a existir. O aumento dos fluxos populacionais nas cidades suscita o crescimento e diversificação de estabelecimentos de comércio e serviços de variados ramos, tipologias e naturezas que, além de dinamizar a estrutura urbana, funcionam como elementos para redefinir os papéis das cidades na rede urbana.

A ampliação dos estabelecimentos de comércios e serviços decorre, também, do aumento populacional nas cidades, haja vista que grande parte da população que frequenta espaços como as IES ou os IFs passam a estabelecer residência na cidade ou se deslocam de outras localidades imediatas, gerando demandas no setor de transporte, alimentício, de lazer, etc.

Desse ponto de vista, a implantação das referidas instituições a partir das políticas públicas federais para expansão e descentralização da educação técnica e superior no Brasil, foram responsáveis por uma reestruturação que acompanha não somente o setor educacional, mas também o espaço das cidades que se reestruturaram dentro das relações na região e no seu espaço intraurbano a partir da dinamização de suas formas.

Resultados e discussões

Instituições de Ensino Superior e Institutos Federais no Sertão paraibano

A expansão da rede de ensino superior e técnica no Brasil está articulada ao plano de expansão e reestruturação das instituições de ensino técnica e superior criados no governo Lula (2003-2010), que viabilizou além da construção de IES e IFs, a descentralização destas instituições em todo o território brasileiro. No caso do estado da Paraíba é notório que até os anos 2000 as instituições de ensino federais estavam localizadas na capital do estado, João Pessoa, e em Campina Grande, a única cidade paraibana além da capital que possuía investimentos voltados para o setor educacional.

A partir da reestruturação, descentralização das IES e da implantação dos IFs o Sertão paraibano passou a receber a construção de estruturas para abrigar as sedes destas instituições e a chegada de profissionais das mais variadas áreas para atuar na rede de ensino básica, técnica, tecnológica e superior. O plano de reestruturação das Universidades e a implantação dos Institutos visavam atender o acesso à educação em sua universalização, bem como propiciar a formação técnica ou superior para a população sertaneja, fato inexistente durante muito tempo.

No tocante ao plano de reestruturação e descentralização das IES é válido mencionar algumas ressalvas. A primeira delas é que o “plano de expansão” já era algo de notória necessidade, porém isto foi relegado por muitos governantes durante variadas décadas. Embora já existisse o funcionamento de cursos superiores na região do Sertão como, por exemplo, na cidade de Cajazeiras, que funcionava um *campus* da Universidade Federal da Paraíba, o acesso ainda se concretizava de maneira restrita e a disponibilidade de cursos e oferta de vagas se dava de maneira incipiente.

Com a concretização do plano de reestruturação e ampliação das IES e a implantação dos IFs, o Sertão paraibano atualmente conta com 4 *campi* do IFPB e 4 *campi* da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Os *campi* do IFPB estão distribuídos nas cidades de Patos, Cajazeiras, Sousa e Itaporanga, já os *campi* da UFCG encontram-se localizados nas cidades de Patos, Cajazeiras, Sousa e Pombal. A nível estadual o IFPB possui 19 *campi*, distribuídos do litoral ao interior e a UFCG 7 *campi* em todo o estado, sendo a sede em Cam-

pina Grande e os demais em áreas interioranas do estado. De acordo com os dados levantados nos sítios eletrônicos das instituições e com base no georreferenciamento destas instituições por meio de um mapa foi possível especializar a seguinte distribuição. (Observe o Mapa 1)

Mapa 1 – Especialização dos IFs e das IEs no estado da Paraíba



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

A UFCG subdivide-se no estado da Paraíba a partir de centros, na região do Sertão estão alocados o Centro de Formação de Professores (CFP), em Cajazeiras; o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), em Sousa; o Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR), em Patos e o Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), em Pombal. Nestes centros são ofertados cursos de graduação nas mais variadas áreas, desde as licenciaturas até os bacharelados em engenharia.

Utilizando como exemplo algumas destas localidades é importante mencionar o caso da cidade de Cajazeiras, que embora possua um centro voltado para formação de professores, oferta, em instituições privadas, graduações voltadas para a área da saúde, jurídica, social aplicada, etc. Tal fato é condicionado pelo avanço do capital nestas localidades, mas também pelo avanço de políticas públicas federais, como é o caso do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

A expansão do capital privado também se manifesta na cidade de Patos, dada a oferta de variados cursos em instituições privadas, neste caso o destaque maior são as Faculdades Integradas de Patos (FIP) que recentemente passou a ser denominada de Centro Universitário por ter ampliado a oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*. O crescimento de tal instituição, assim como em outros casos, é proveniente das políticas de financiamento do ensino superior, concessão de bolsas através de programas como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e de outros elementos indiretos que se articulam a políticas federais de outros níveis.

É perceptível que a oferta de cursos de nível superior passou por uma ampliação significativa na última década em variadas localidades do Sertão paraibano, principalmente nas cidades consideradas como centros urbanos principais das regiões imediatas e intermediárias. No que se refere aos IFs é relevante destacar que esta ampliação ocorreu de maneira semelhante, sendo que o objetivo inicial dos institutos foi ofertar a educação básica com maior qualidade e de maneira concomitante conceder a oportunidade de uma formação técnica integrada, ou seja, ao mesmo tempo que o estudante conclui a terceira fase da educação básica é possível obter uma formação técnica para atuação no mercado de trabalho.

Este modelo foi e ainda é bastante criticado pelos estudiosos da educação no Brasil, mas mediante os pilares de ensino, pesquisa e extensão em que se assentam a política dos IFs, é possível afirmar que a formação técnica é apenas uma possibilidade diante da amplitude que os institutos oferecem. Os IFs localizados no Sertão paraibano ofertam cursos nas mais variadas áreas, observe no quadro a seguir.

Quadro 1 – Oferta de cursos nos campi do IFPB/ Sertão paraibano

Campus	Cursos/Níveis*
Cajazeiras	Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Graduação Tecnológica); Automação Industrial (Graduação Tecnológica); Computação e informática (Graduação/Licenciatura); Desenho de Construção Civil (Técnico Integrado); Edificações (Técnico Integrado e Subsequente); Eletromecânica (Técnico Integrado e Subsequente); Engenharia Civil (Graduação/Bacharelado); Informática (Técnico Integrado); Matemática (Graduação/Licenciatura); Meio Ambiente (Técnico Integrado); Secretaria Escolar (Técnico Subsequente); Segurança no Trabalho (Técnico Subsequente)
Patos	Edificações (Técnico Integrado e Subsequente); Eletrotécnica (Técnico Integrado e Subsequente); Informática (Técnico Integrado); Manutenção e suporte em informática (Técnico Integrado e Subsequente); Secretaria Escolar (Técnico Subsequente); Segurança no Trabalho (Técnico Integrado e Subsequente)
Itaporanga	Edificações (Técnico Integrado)
Sousa	Agroecologia (Graduação Tecnológica); Agroindústria (Técnico Integrado); Agropecuária (Técnico Integrado); Tecnologia de Alimentos (Graduação Tecnológica); Informática (Técnico Integrado); Letras Língua Portuguesa (Graduação/Licenciatura a Distância); Medicina Veterinária (Graduação/Bacharelado); Meio Ambiente (Técnico Integrado); Química (Graduação/Licenciatura); Secretaria escolar (Técnico Subsequente); Segurança do Trabalho (Técnico Subsequente)

* Curso Técnico Integrado: curso técnico oferecido de maneira concomitante ao Ensino Médio. Curso Técnico Subsequente: curso técnico oferecido posterior a realização do Ensino Médio. Graduação Tecnológica: curso de graduação voltado para o desenvolvimento de competências técnicas para o mercado de trabalho.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Os *campi* do IF possuem cursos nas mais variadas áreas, desde o nível técnico integrado até aos cursos de graduação com habilitação em Licenciatura ou Bacharelado. O contexto de implantação dos IFs revela muito as demandas de cada lugar, assim como suas potencialidades. Os cursos oferecidos procuram suprir, de certo

modo, as demandas existentes em cada localidade em que foi instalado um *campus*, ao mesmo tempo que evidencia, também, a emergência para o crescimento nos setores de ciência e tecnologia, âmbito que tem se dedicado os IFs a partir dos seus cursos.

De acordo com o quadro apresentado acima, os cursos técnicos e superiores voltados para as áreas de computação, construção civil e eletrônica possuem maior destaque. Estes revelam as dinâmicas do meio técnico científico informacional e a sua difusão no espaço geográfico paraibano, haja vista que o mercado de trabalho tem exigido cada vez mais trabalhadores que dominem a tecnologia como elemento central do trabalho.

A existência de graduações nos IFs é um elemento que reforça ainda mais a centralidade destas localidades urbanas, pois grande parte do público que se direciona para estes cursos de formação tecnológica e superior deslocam-se de outras cidades, estabelecendo seu período de permanência na cidade durante toda a semana ou, até mesmo, fixando residência e, dessa forma, participando ativamente da vida econômica da cidade.

De maneira específica as implantações de alguns *campi* propiciaram impactos mais significativos, dada a estrutura e o número de cursos oferecidos, mas é válido frisar que não foi em todas as realidades que isto ocorreu, principalmente naquelas que foram implantadas no período em que o Brasil começou a vivenciar uma forte crise política que culminou no golpe de estado de 2016. Um dos *campi* que será relatado neste trabalho é o de Itaporanga, conforme já foi apresentado anteriormente.

IFPB *campus* Itaporanga: impactos de sua implantação e a centralidade da cidade em âmbito regional

A cidade de Itaporanga recebeu no ano de 2015 a implantação do *campus* do IFPB, tal fato se deu mediante a atuação dos agentes locais, bem como dos interesses já existentes por parte do governo federal em implantar o *campus* na cidade. Inicialmente foi colocado em funcionamento o primeiro curso Técnico Integrado em Edificações, que é até os dias atuais o único curso ofertado pela instituição.

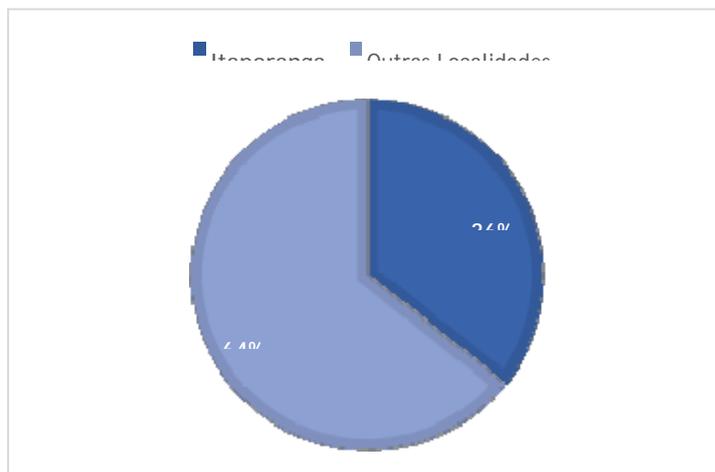
É válido destacar que a implantação do Instituto com este curso revela muito a dinâmica da cidade, haja vista que a mesma encontra-se em estágio de estruturação e, com isso, tem sido crescente a demanda por mão de obra qualificada na área de construção civil. No entanto, além de revelar esta condição o IFPB tem representado para a região do Vale do Piancó uma nova lógica dentro do modelo educacional ofertado pela instituição.

A região em que está localizada a cidade de Itaporanga possui inúmeros problemas relacionados a qualificação profissional docente, na qual grande parte dos profissionais que atuam nesta área não possuem o ensino superior completo ou atuam em áreas diferentes de sua formação. O fato do Instituto propiciar um modelo de educação que prioriza como pilar central a formação e qualificação profissional têm sido o elemento de maior destaque para reafirmar sua representatividade e importância no cenário regional.

De acordo com levantamentos realizados, o IFPB *campus* Itaporanga conta com vinte docentes, dentre os quais oito mestres, cinco doutores, três especialistas e quatro graduados. Todos os docentes que atuam no *campus* possuem formação dentro da área na qual lecionam e estudaram ou estudam em Programas de Pós-Graduação das Universidades Federais do Nordeste que tiveram seus cursos criados ou ampliados no contexto do REUNI entre os anos de 2008 e 2010.

Além do destaque pelo ensino ofertado, o IFPB atua como vetor de ampliação do grau de centralidade regional da cidade de Itaporanga em sua região imediata. Com base nos levantamentos realizados constatou-se que dos 179 alunos regularmente matriculados no Instituto, apenas 64 residem na cidade de Itaporanga. Observe o gráfico abaixo:

Gráfico 1- Origem dos discentes matriculados no IFPB/Campus Itaporanga



Fonte: Dados do Sistema Unificado de Ação Pública (SUAP).

De acordo com os dados apresentados no gráfico acima verifica-se que grande parte do volume dos discentes regularmente matriculados no *campus* residem em outras cidades que compõem a região imediata de Itaporanga. Com base no levantamento realizado para a construção do gráfico acima, identificou-se que o IFPB atende a uma demanda de doze municípios que compõem a região imediata de Itaporanga, sendo eles: Boa Ventura, Diamante, Pedra Branca, Aguiar, Ibiara, Santana dos Garrotes, Santana de Mangueira, Serra Grande, Nova Olinda, São José de Caiana, Curral Velho e Igaracy.

Devido ao processo de implantação o Instituto ainda não funciona nas suas instalações oficiais. Dessa forma, as atividades acadêmicas são realizadas em uma escola pública cedida pelo governo municipal. Grande parte dos alunos de outras localidades, cerca de 90%, se deslocam diariamente para realização das suas atividades acadêmicas, permanecendo na cidade durante um período do dia ou no dia inteiro, quando as aulas acontecem integralmente.

Nesse sentido, o Instituto ainda não gerou uma demanda na construção de moradias como, por exemplo, apartamentos localizados em áreas próximas ao *campus*. Mesmo assim, o deslocamento dos discentes diariamente influenciou no aumento dos fluxos para Itaporanga e a movimentação no setor de restaurantes, tendo em vista a indisponibilidade do Restaurante Universitário no *campus*. A maioria dos discentes se desloca de municípios que estão localizados a uma distância de 20 até 50km e o maior objetivo desse deslocamento é a qualidade de ensino oferecida pelo IFPB, haja vista que nas pequenas localidades urbanas circunvizinhas só existem escolas públicas estaduais que, na maioria dos casos, enfrentam inúmeros problemas relacionados à falta de estrutura, profissionais qualificados, etc.

Nesse sentido, é possível inferir que a implantação do IFPB na cidade de Itaporanga é mais um elemento que reforça o papel da cidade em sua região imediata, embora seja necessário esclarecer que existem outros serviços de natureza pública que reforçam a centralidade da cidade em escala regional como, por exemplo, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Instituto de Tecnologia da Paraíba (ITEC), o Departamento Estadual

de Trânsito (DETRAN), Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), a Sétima Gerência Regional de Ensino (GRE), dentre outros.

Outro vetor necessário para compreender os impactos da implantação do IFPB na cidade de Itaporanga é a origem dos docentes e período de permanência na cidade. O Instituto conta, atualmente, com vinte docentes em exercício, sendo quinze do quadro efetivo e cinco substitutos. Dos vinte docentes, apenas cinco residem na cidade e quinze se deslocam semanalmente de variadas localidades urbanas paraibanas, dentre elas: João Pessoa, Campina Grande, Patos, etc.

Os docentes que realizam deslocamento semanal para a cidade de Itaporanga, embora não tenham fixado a residência, possuem locais para permanência na cidade. Estes pagam fixamente em alugueis na margem 500 e 700 reais. Por parte do deslocamento docente, a demanda no setor imobiliário e alimentício são as mais evidentes, não sendo possível verificar a demanda por estabelecimentos comerciais e de serviços mais complexos e atinentes ao nível de renda deste público, haja vista o tempo de permanência na cidade que fica entre dois ou três dias.

No tocante aos estabelecimentos comerciais e de serviços é notório que existe uma diversificação de ramos que servem para atender variadas demandas. Embora não esteja disponível no Censo de 2010, os dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), é possível inferir que a materialização de alguns ramos comerciais e de serviços são tendências recentes.

De acordo com as pesquisas realizadas, até o presente momento constatou-se que só na área central, Centro Principal, existe 334 estabelecimentos comerciais e de serviços dos mais variados ramos, dentre os quais é possível mencionar: lojas de confecções, lojas de móveis e eletrodomésticos, lojas de produtos importados, agências bancárias, clínicas médicas de especialidade odontológica, cardiológica, escritórios na área de advocacia e contabilidade, dentre outros.

Os ramos mencionados acima apresentaram crescimento e diversificação nos últimos anos, principalmente após a implantação das políticas públicas federais que auxiliaram na formação de profissionais, os programas de transferência de renda e os programas de incentivo a abertura de estabelecimentos comerciais. No caso dos serviços, observa-se na estrutura urbana de Itaporanga um número considerável de escritórios na área de advocacia, sendo grande parte destes profissionais da cidade e da região e que obtiveram sua formação em instituições localizadas na região intermediária que, por sua vez, tiveram sua implantação e consolidação em períodos recentes.

Observe o quadro abaixo construído com base em um levantamento de uso do solo dos estabelecimentos comerciais e de serviços localizados no Centro da cidade de Itaporanga. (Verificar quadro abaixo)

Quadro 2- Estabelecimentos de Comércio e Serviços Centro de Itaporanga

Tipologia	Atividade econômica	QTD	Tipologia	Atividade econômica	QTD
Loja de Confeccões e Calçados	Comércio	58	Clínica (odontologia, psicológica, análises)	Serviço	16
Restaurantes, Bares e Lanchonetes	Comércio	41	Escritório (contabilidade e advocacia)	Serviço	14
Mercadinho	Comércio	13	Oficina	Serviço	5
Salão de Beleza*	Comércio	13	Correspondente Bancário	Serviço	4
Material de construção	Comércio	11	Loteria	Serviço	4
Farmácia	Comércio	10	Agência Bancária	Serviço	3
Loja de Móveis e Eletrodomésticos	Comércio	10	Central de Mototáxi	Serviço	3
Mercearia	Comércio	10	Empréstimos	Serviço	3
Ótica	Comércio	9	Cartório	Serviço	2
Celulares (venda e assistência técnica)	Comércio	7	Corretora de Seguros	Serviço	2
Comunicação Visual	Comércio	6	Funerária	Serviço	2
Decorações e Miudezas	Comércio	6	Serralharia	Serviço	2
Distribuidora	Comércio	6			
Peças e Acessórios de Automóveis	Comércio	6			
Loja de Produtos Eletrônicos	Comércio	5			
Petshop*	Comércio	5			
Frigorífico	Comércio	4			
Estofados	Comércio	3			
Franquias	Comércio	3			
Loja de Produtos Importados	Comércio	3			
Sorveteria	Comércio	3			
Cama, Mesa e Banho	Comércio	2			
Computadores (assistência e acessórios)	Comércio	2			
Concessionaria	Comércio	2			
Costura	Comércio	2			
Costura	Comércio	2			
Estética	Comércio	2			
Joalheria	Comércio	2			
Loja de Campo	Comércio	2			
Loja de Cosméticos e Acessórios	Comércio	2			
Loja de Tecidos	Comércio	2			
Metalúrgicas	Comércio	2			
Oficinas (conserto e vendas de peças)	Comércio	2			
Panificadoras, frios e laticínios	Comércio	2			
Produtos Agrícolas	Comércio	2			
Studio Fotográfico	Comércio	2			
Casa de Bolo	Comércio	1			
Copiadora	Comércio	1			
Depósito	Comércio	1			
Depósito de Móveis	Comércio	1			
Doceria	Comércio	1			
Emplacamento	Comércio	1			
Loja de Artigos de Festa	Comércio	1			
Loja de Celular	Comércio	1			
Loja de Equipamentos Médicos	Comércio	1			
Madeira	Comércio	1			
Posto de Gasolina	Comércio	1			
Supermercado	Comércio	1			
Estabelecimentos:	Comercio	274		Serviço	60
Total					334
*(Comércio/Serviço)					

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

É possível mensurar de acordo com os dados levantados que nos últimos anos ocorreu um aumento expressivo de lojas de confecções voltadas para comercialização de mercadorias em preço único, como é o caso das lojas de doze reais e de trinta e oito reais. Este tipo de loja é uma estratégia de reprodução do capital que a partir da expansão do meio técnico-científico-informacional e do aumento do poder de compra da classe popular, leva a possibilidade de consumir produtos que representam “marcas” associadas a uma lógica global.

Além disso, vale mencionar a representatividade que possuem as agências bancárias na cidade de Itaporanga, atualmente. Embora reforce a centralidade da cidade em escala regional, tendo em vista a inexistência deste serviço em cidades de menor porte, as agências bancárias denotam, também, a expansão do capital privado na cidade, pois das cinco agências identificadas: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica, Banco Bradesco e Banco Santander, duas são de iniciativa privada, fato incomum até algum tempo em cidades do porte de Itaporanga.

Outrossim, os estabelecimentos comerciais denominados como franquias denotam a expansão do capital produtivo e os seus efeitos em uma pequena cidade. Dada as condições existentes em Itaporanga a materialização destas tipologias comerciais evidencia uma mudança brusca nos padrões já existentes, no qual a predominância maior se dava a partir de estabelecimentos mais tradicionais e de alcance espacial mínimo.

Desse modo, é possível levantar que além dos impactos nos fluxos dentro da rede urbana percebidos pela implantação de serviços de natureza pública, os estabelecimentos comerciais também têm passado por profundas transformações que denotam certo reforço aos papéis centrais da cidade de Itaporanga em âmbito regional.

Considerações Finais

De acordo com o estudo realizado constatou-se que a ampliação do acesso ao ensino superior e técnico no Sertão paraibano é uma realidade bastante evidente na última década. Tal fato deve-se a rearticulação das políticas educacionais brasileiras que passaram a privilegiar espaços que antes eram vistos como localidades de atraso e pobreza.

Dentro do panorama da descentralização do ensino superior e técnico no Brasil, as localidades urbanas situadas no extremo Sertão paraibano ampliaram sua centralidade regional e passaram por reestruturações econômicas visíveis em seu espaço geográfico.

Em algumas localidades esta reestruturação pode ter se expressado de maneira mais notória, já em outras ainda se apresenta como processo.

No caso da cidade de Itaporanga, objeto central desta pesquisa, ficou claro que a implantação do Instituto Federal já gera impactos visíveis, principalmente na ampliação de seus papéis regionais e na formação oferecida a partir do Curso Técnico ofertado, como também do Ensino Médio. No tocante a questão econômica é evidente que o Instituto Federal ainda não se consolida como vetor central de reestruturação econômica, mas que diante do seu processo de implantação pode gerar demandas que irão influenciar diretamente neste setor.

Embora não existam tais influências diretas, a cidade de Itaporanga têm se reestruturado economicamente mediante a atuação de outras políticas públicas que visam a dinamização territorial das cidades e o aumento dos seus papéis regionais a partir do setor terciário da economia. Desse modo, Itaporanga é considerada atualmente no contexto de sua região como uma área de bastante importância por suprir demandas da população a partir da dinamização do setor terciário da economia. 

Referências

- Corrêa, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 2004. Corrêa, Roberto Lobato. A Rede Urbana. São Paulo: Ática, 1989.
- Gerardi, Lúcia Helena de Oliveira. SILVA, Bárbara Christine Nentwig. Quantificação em Geografia. São Paulo: DIFEL, 1981.
- IBGE. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>> Acesso: agosto/2018. IBGE. Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/cnefe/Nota_Divulgacao_CNEFE.pdf> Acesso em: agosto/2018.
- Lefebvre, Henri. A Revolução Urbana. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- Paiva, Rute Soares. Expansão da Rede de Ensino Técnico e Superior no Estado do Rio Grande do Norte. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- Sales, Andrea Leandra Porto. A situação espacial das franquias na América do Sul: morfologia e centralidade urbanas em cidades médias da Argentina, Brasil e Chile. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.
- Sanfeliu, C. B. La inserción de la universidad em la estructura y forma urbana, el caso de la Universitat de Lleida. Scripta Nova, Barcelona, v. 14, n. 381, p. 1-25, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-381.htm>>, Acesso em: agosto de 2018.
- Santos, Milton. A natureza do espaço. 4^o ed. São Paulo: EDUSP, 2006. Santos, Milton. Manual de geografia urbana. São Paulo: Hucitec, 1982.
- Soja, Edward W. Geografias pós-modernas: reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- Spósito, Maria Encarnação Beltrão. GOES, Eda Maria. Espaços fechados e cidades. Insegurança urbana e fragmentação. São Paulo: Unesp, 2013, 365 p.
- Tonella, Celene. Políticas públicas. In.: SPÓSITO, Eliseu Savério. Glossário de Geografia Humana e Econômica. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- Tourinho, Andréa de Oliveira. Do centro aos centros: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2004.
- Whitacker, Arthur Magon. Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto – SP. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente- SP, 2003..

Sobre los autores/ About the authors

Taynan Araújo de Oliveira e Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande (2014) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2017). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Marta da Silva Aguiar e Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Pernambuco (2007) e mestrado em educação pela mesma instituição (2013). Atualmente é professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira no Instituto Federal da Paraíba - campus Itaporanga - e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE. .

URL estable documento/stable URL

<http://www.gigapp.org/ewp>

El Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) es una iniciativa impulsada por académicos, investigadores y profesores Iberoamericanos, cuyo principal propósito es contribuir al debate y la generación de nuevos conceptos, enfoques y marcos de análisis en las áreas de gobierno, gestión y políticas públicas, fomentando la creación de espacio de intercambio y colaboración permanente, y facilitando la construcción de redes y proyectos conjuntos sobre la base de actividades de docencia, investigación, asistencia técnica y extensión.

Las áreas de trabajo que constituyen los ejes principales del GIGAPP son:

1. Gobierno, instituciones y comportamiento político
2. Administración Pública
3. Políticas Públicas

Información de Contacto

Asociación GIGAPP.

ewp@gigapp.org